BOLETIM
PROEALC
Centro de Ciências Sociais / CCS - Outubro-Novembro-Dezembro de 2009 - ISSN 2175-9103 Nº45

Boletim Número 45
Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2009

EDITORIAL

Nesta edição que encerra o ano de 2009, reunimos textos de grande relevância no cenário latino-americano e mundial.

Em Foco, temos Pedro Fuentes analisando a situação política mundial, com ênfase ao chamado de Chávez a formar uma Quinta Internacional, "a unidade dos partidos de esquerda e revolucionários dispostos a lutar pelo socialismo". Seguimos com Marina Silva, questionando as tragédias de fim de ano que se repetem no Brasil. Fechamos com o artigo de Marcelo Estafanell sobre José "Pepe" Mujica, de guerrilheiro a Presidente do Uruguai.

Na seção Espaço Aberto, a bolsista do PROEALC, Maria Clara Arruda Barboza, fala sobre a política de segurança pública e o neohigienismo, e Talita Freire Moreira Anacleto aborda a perversidade do regime "democrático" brasileiro.

Confiram no espaço Livros/Lançamentos, o evento Controle Social e Gestão da Barbárie realizado no lançamento da Coletânea Direitos Humanos e Questão Social na América Latina (Editora Gramma), organizada pela Profa Silene de Moraes Freire.

Boa leitura!

Margareth Doher

Bolsista PROATEC/PROEALC

Em Foco I

O chamado de Chávez a formar uma V Internacional e a atual situação mundial

Pedro Fuentes*

Na reunião de partidos de esquerda e socialistas realizada em Caracas, na véspera do Congresso do PSUV, Chávez convocou a formação da V Internacional. Num discurso intenso, recapitulando a história das internacionais, Chavez disse que *"frente à crise capitalista e ameaça da guerra que põe em perigo o futuro da humanidade, chegou à hora de que convoquemos a Quinta Internacional, a unidade dos partidos de esquerda e revolucionários dispostos a lutar pelo socialismo".(..) "como uma instancia dos partidos e correntes socialistas e movimentos sociais do mundo para harmonizar uma estratégia comum para a luta antiimperialista, a superação do capitalismo pelo socialismo".*

Nesta reunião de caráter antiimperialista, sobraram alguns partidos, como o PRI mexicano, o PC chinês e mesmo o PT do Brasil, e faltaram partidos importantes como o PSol do Brasil, o NPA da França, a Frente de Resistência de Honduras, a Tendência Revolucionária de El Salvador, entre outros. O chamado foi rapidamente aceito por um setor da reunião: o MAS da Bolívia, o Partido "Novo País" do Equador (partido de Rafael Correa), a combativa chanceler Patrícia Rodas de Honduras e outros grupos de esquerda presentes, como a Aliança Socialista da Austrália. Houve um rechaço por parte dos PCs - com exceção do PC cubano - e do PT do Brasil, para quem está vigente o Fórum de São Paulo.

Para além de todas as contradições que podemos apontar no bolivarianismo e, em particular, na crítica situação atual do processo venezuelano, produto do peso da burocracia (que veremos mais adiante), Chávez colocou uma proposta que, a nosso ver, é progressiva diante do vazio internacional existente; um avanço que pode transformar-se em um salto para criar uma nova alternativa à situação atual que vivemos, de profunda crise capitalista, para dar uma resposta à política imperialista.

A resposta do PSol a este chamado, como de todos aqueles que se reclamam antiimperialistas e socialistas, e como já fizeram outras forças socialistas como o NPA da França, tem que ser afirmativa e dizer "presente"; estamos e estaremos aí porque queremos participar na construção deste processo que está apenas começando e que tem como próxima data marcada a reunião de final de abril em Caracas.

Esta proposta, se acabar se concretizando, tende a levar uma contradição aguda que hoje em dia existe na situação mundial. Por um lado, a brutal crise do capitalismo globalizado que vivemos colocou de forma concreta e urgente a necessidade de uma coordenação internacional. Porém, ao mesmo tempo, o que existe até agora é uma vazio no terreno internacional. Este vazio existe porque hoje em dia não existe nenhuma organização internacional que seja ou possa vir a ser um pólo real para a vanguarda mundial e os setores mais radicalizados do movimento de massas. Os Fóruns Sociais Mundiais, que foram, em seu momento, um lugar progressivo de articulação de ações do movimento antiglobalização e anti-guerra, perderam força e já passaram a ser aparatos cada vez mais controlados por partidos como o PT e outros aparatos e instituições internacionais burocráticos.

Para nós, tampouco é o Fórum de São Paulo este espaço. Hegemonizado pelo PT brasileiro, terminou, como não podia ser de outra maneira, seguindo o curso burguês desse partido. Também não são as coalizões dos Partidos Comunistas que existem na Europa, nem as organizações trotskistas que têm uma prática internacionalista. A denominada IV Internacional, que responde ao que foi a cisão do Secretariado Unificado, ainda que tenha desenvolvido algum trabalho de massas, como alenta desde a LCR a criação do NPA, não é um pólo. As várias outras organizações internacionais que se reclamam da IV e do trotskysmo não passam de grupos essencialmente auto-proclamatórios de suas posições internacionais.

Seguramente haverá aqueles que, em nome da "pureza programática", vão rejeitar o chamado de Caracas, ou vão exigir que este encontro tenha um programa acabado para a revolução socialista internacional, como teve em seu momento a III ou a IV. Em nossa opinião, tem muita vigência a frase que disse Marx criticando o extenso, porém ambíguo programa de Gotha, ao redor do qual iriam unir-se duas correntes socialista alemãs: "mais vale uma ação comum do que meia dúzia de programas".

O que se trata no chamado de Caracas é construir um reagrupamento onde se encontrem o novo nacionalismo radical bolivariano, as novas correntes antiimperialistas, indigenistas e anticapitalistas com a esquerda socialista.

Um dos requisitos para que esse processo avance é que tenha o critério de uma organização ampla de frente única, que possua traços mais parecidos com a Primeira Internacional de Marx do que com outras organizações. O grande revolucionário russo David Riazanov, em seu brilhante livro sobre Marx e Engels, fez uma boa definição sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores. Dissia Riazanov *"que Marx, no chamado que terminou sendo escrito por ele mesmo, deu um exemplo clássico da tática de "frente única". Ele*

formulou as demandas colocando ênfase nos pontos em torno dos quais a classe operária pode e deve unir-se para desenvolver o movimento operário. Destas demandas imediatas do proletariado formuladas por Marx, logicamente a maior demanda do Manifesto Comunista viria depois.". (David Riazanov Marx Engels Capitulo 7).

Com efeito, a I Internacional esteve longe de se constituir sobre a base de um programa acabado, como o que continha o Manifesto Comunista escrito por Marx e Engels para a Liga dos Justos. Para Marx, foi mais importante agrupar trade-unionistas, ex-cartistas e ex-owenistas, prudonhianos, bakuninistas, junto com os seguidores da Liga dos Justos.

No caso concreto do atual chamado, acreditamos que o termo mais apropriado do que pode surgir na reunião de Abril é o de uma "frente única antiimperialista continental" e/ou mundial. É possível e o mais provável é que essa nova organização internacional possa surgir ao redor de um programa de luta antiimperialista e anticapitalista, um programa de uma frente única que agrupe os diferentes partidários da luta contra o imperialismo, desde o nacionalismo radical ate os que se reclamam do socialismo revolucionário.

As propostas políticas surgidas na reunião de Caracas

A leitura política, tanto da reunião em seu conjunto como de sua declaração final, tem propostas que devem ser assinadas em cem por cento; muito similares às que se formularam no Seminário Internacional organizado pelo PSol em São Paulo. No terreno político concreto, as ações estão centradas no rechaço às bases ianques na Colômbia e ao golpe em Honduras, inclusive com propostas de jornadas na segunda semana de dezembro.

Três caracterizações centrais recobrem os textos e declarações: a) a crise estrutural do capitalismo; b) a ofensiva guerrerista continental e mundial do imperialismo ianque. c) e um terceiro tema, que é enunciado, é o Socialismo do Século XXI ou a luta pelo socialismo. Consideramos que estes são os pontos corretos, em linhas gerais.

Estes são os temas, em especial o segundo, sobre os quais temos que nos debruçar. Adiantamos que, ainda que seja real e objetiva a caracterização da ofensiva imperialista, se é transformada no elemento central e único da luta política latino-americana, tem elementos unilaterais e tende a ser utilizada para perder de vista os limites do processo em curso em nosso continente. Numa entrevista interessante, publicada no jornal Brasil de Fato, García Linera, vice-presidente da Bolívia, dizia que são processos que estão ainda dentro do capitalismo, nos quais apenas existem esboços de outro projeto ou de "socialismo do século XXI". Esta situação tem a ver com a atual correlação de forças que existe em nosso continente e na escala mundial, não se pode deixar de assinalar a responsabilidade das direções em aprofundar o processo e, ainda mais concretamente, assinalar os fortes elementos burocráticos que se encastelam no processo venezuelano, que o limitam e freiam.

A crise capitalista

Temos que tomar esse progressivo chamado nos marcos dos novos elementos que caracterizam a situação mundial. Isso se dá no contexto de mudanças econômicas e políticas importantes, marcadas pela crise da economia mundial e uma crescente incerteza e caos político que domina o mundo.

Contra a opinião de muitos economistas do establishment, incluindo os brasileiros e entre eles os gestores da política econômica do governo, que opinam que a crise já passou, Paul Krugman, que esteve a alguns dias no Brasil alertou no mesmo sentido em que havia feito Roubini sobre a criação de uma nova bolha especulativa. Krugman apontou os perigos que a entrada massiva de capitais especulativos significava para o Brasil, ao mesmo tempo que prognosticou que as economias dos países centrais podiam ter dez anos de estancamento e recessão muito similares ao que viveu o Japão na década de 90.

O economista marxista Jorge Beinstein parte dessa realidade para fazer uma análise mais profunda. Referindo-se à nova bolha e comparando-a com as anteriores, que geraram certo aumento da produção e do consumo, Beinstein diz que : *"Se repete assim a seqüência especulativa dos fins dos anos 1990 e 2007 mas com uma diferença decisiva: o contexto da bolha atual não é o crescimento da economia e sim recessão (...) A bolha especulativa de 2009 contrasta com baixos níveis de consumo, a queda dos investimentos produtivos e o aumento do desemprego. Os excedentes de capitais bloqueados por uma economia produtiva declinante conseguem benefícios na especulação financeira, o que se produz então graças às fabulosas injeções financeiras dos governos em um circulo vicioso especulativo-recessivo*".

Referindo-se à economia dos EUA, diz que "*é evidente que não escapa da armadilha da decadência, os alívios transitórios, as tentativas de recuperação, os crescimentos artificiais fortalecem, recompõem os mecanismos parasitários que levaram ao desastre atual. E o colapso do império (do centro articulador do mundo capitalista) arrasta o conjunto do sistema mundial".*

Beinstein vê a decadência da economia vinculada também a outras *"crises que estão à vista"* e em qualquer momento poderiam golpear com força um sistema global muito frágil, entre elas devemos destacar a crise energética e alimentar (que se fizeram presentes durante o ano 2008. *"Em suma, nos encontramos ante a imagem de uma convergência de numerosas 'crises', que na realidade se trata de uma única crise gigantesca, com diversos rostos, de dimensão (planetária) nunca antes vista na história; seu aspecto é o de um grande crepúsculo que ameaça prolongar-se durante um longo período."*

A análise de Beinstein é correta no sentido de que marca as tendências estratégicas, ainda que para a armação política concreta atual, não se pode utilizar unilateralmente, já que não toma em conta certo crescimento conjuntural na América Latina e outras regiões, que ocorre não só pela bolha ou o aumento de consumo, como também por certo aumento relativo da taxa de mais-valia, graças à débil resistência do movimento dos trabalhadores. Mas, em essência, é correto e coincide com Roubini e Krugman, que falam de novos episódios da crise, que serão mais fortes. Isto fará com que o mundo tenda cada vez mais ao caos, a polarizações, aos extremos, às mudanças políticas, como já vimos com a grande depressão de 29.

E o governo Obama?

Nesse contexto, o governo Obama mostrou enormes problemas para cumprir com a política interna prometida e, muito mais ainda, a internacional. Melhor dizendo, na política mundial está seguindo uma linha de conciliação com a velha política bushiana.

O aumento das tropas no Afeganistão, onde há uma resistência superior e uma crise maior que a do Iraque, vai provocar uma atribulação tão grande quanto ou maior, sem que nada se resolva. Por outro lado, foi clara a política de capitulação à direita, que terminou com o descarado apoio ao golpismo em Honduras.

Esses elementos mostram a impotência de Obama e a impossibilidade de uma mudança grande na política externa dos EUA, ao que somente podem responder dessa maneira bushiana, o que faz com que aumentem as contradições e a crise.

Essa situação do imperialismo "hegemônico" tende a aumentar a chamada "multipolaridade". Uma expressão disso é a crescente independência de parte dos países latino-americanos da ALBA e o Irã, por exemplo. (Em alguma medida, também do Brasil, como se expressa em Honduras, ainda que no caso deste país há uma linha de negociação permanente com os EUA). Em outro extremo dessa polarização, está a política abertamente fascista de Israel, que o governo Obama termina aceitando.

A "continentalização" da América Latina

Garcia Linera, vice-presidente da Bolívia, em uma reportagem ao "Brasil de Fato", disse que, *"pela primeira vez nos últimos cem anos de nosso continente, há uma sintonia continental de esquerda";* se refere aos

processos novos, que nunca haviam ocorrido. Comparando-o com o da década de 60, que se abriu com a revolução cubana, que foi mais radical, mas ao mesmo tempo menos continental, naquele momento só foi episódica e muito parcial pela derrota dos grupos armados que surgiram. Podemos agregar que este processo novo em curso não só significa a irrupção de novos sujeitos explorados como os indígenas, como também que hoje na América Latina contamos com governos politicamente independentes do imperialismo.

O novo triunfo eleitoral da Bolívia mostra a contundência desse processo. Um novo episódio no mesmo sentido pode ser o triunfo de Humala no Peru, país de grande importância na região e onde se acumulam lutas camponesas, dos trabalhadores e indígenas, e onde surgiu como uma alternativa real de poder para as próximas eleições de 2011 Ollanta Humala, que segue uma política que tem traços comuns com a de Evo.

Na mesma reportagem, Garcia Linera também afirma que, *"hoje, em 2009, não estamos diante de uma perspectiva de superação do capitalismo, dizer outra coisa é nos enganarmos"*, embora logo em seguida afirme que existem elementos embrionários de outro sistema. Apesar disso, reafirmamos nossa caracterização de que se tratam de processos nacionalistas progressivos, podemos dizer, revolucionários em relação ao período do neoliberalismo. Os processos desses países são irreversíveis, são regimes que são irreconciliáveis com a política imperialista e a política mais orgânica da burguesia latino-americana.

Por isso mesmo, existe e existirá na América Latina uma polarização crescente. Embora uma leitura da superestrutura diga que agora há três tipos de governos: o abertamente pró- EUA, quem têm como ponta de lança no continente o governo Uribe; o que encabeça o Brasil, que agora tem roce com a política internacional de Obama, e no qual se enquadram Argentina, Uruguai ...; e os governos do que chamamos de países com independência política, que são os de Evo, Correa, Chávez. A dinâmica é de uma polarização crescente e uma continentalização do processo nacionalista. E em Honduras se deu essa polarização. De um lado a radicalização expressa por Zelaya e de outro um importante e majoritário setor da burguesia nativa que segue sendo submissa à política dos EUA. Isso é generalizado em toda a América Latina: no Brasil, com o bloco do PSDB, PPS e DEM; na Argentina e na América Central, com o papel do Panamá e de Árias na Costa Rica, isso é muito evidente.

O Imperialismo não é um tigre de papel

O enfraquecimento da hegemonia mundial dos EUA e sua situação crítica no Afeganistão não significam que o mesmo tenha se transformado em um tigre de papel. Pelo contrário, pode revelar-se mais agressivo. Os atuais movimentos na América Latina indicam que, diante dessa situação crítica no Grande Oriente Médio, os EUA podem se ver obrigados a retomar o controle de seu quintal, ou seja, retomar sua hegemonia muito ameaçada na América Latina. Para isso necessitam evitar que esses processos se expandam; e o alvo principal é Chávez.

É uma necessidade enfrentar a política dos EUA expressa claramente com o golpe em Honduras, as bases militares na Colômbia e a reativação da Quarta Frota. Estamos e estaremos em frente única com esses países, seus governos e movimentos sociais no caso das novas ofensivas imperialistas que estão colocadas. Mas, ao mesmo tempo, a política de absolutizar o caráter de uma ofensiva imperialista militarista, que abre um período de guerras a esses países é unilateral.

Como dizíamos, há um elemento nessa caracterização que é verdadeiro. Porque o fato de que os EUA sofram uma derrota no Afeganistão não significa mecanicamente que não possa atuar militarmente em nosso continente. Pode ser inclusive que, encurralados e retirando-se do Afeganistão, provoquem intervenções locais que sejam de baixa intensidade, com o pretexto de combate ao terrorismo ou fazendo provocações e usando governos submissos. O perigo de uma política deste tipo partindo da Colômbia contra a Venezuela existe, como existe também o apoio aos setores da Meia Lua boliviana, embora estejam em declínio.

Mas a política dos Estados Unidos para a América Latina tem outra cara. É uma combinação desse militarismo com a política do desgaste, fortalecendo a burguesia clássica latino-americana, sócia minoritária do império. Ou seja, vão usar também a via institucional, apoiando seus candidatos; em síntese, a política da cenoura e do porrete.

Mas o problema não é só o imperialismo e as burguesias locais

Essa unilateralidade que mencionávamos na análise da declaração de Caracas, encobre o fato de que a burocracia é um problema que favorece o desgaste dos processos e ajuda a política imperialista. Nesses processos, embora sejam progressivos e irreconciliáveis nesse período com o imperialismo, em particular na Venezuela, se criaram contradições no interior deles que dificultam a luta contra o imperialismo. Ao darem-se esses processos dentro do marco do estado burguês, inevitavelmente surgiram contradições que se expressam antes que nada no surgimento da burocracia estatal que ocupa posição privilegiada e tende a frear o avanço. Isso se constitui em um problema para enfrentar o imperialismo e a burguesia interna, que está preparada para atuar e retomar o poder.

Isso é claramente visível no país que é vanguarda e o mais estratégico hoje que é a Venezuela. Nesse país, o bolivarianismo tem dez anos no poder. Nesse período houve um grande avanço político do país, de seu regime, de seu governo e do movimento de massas em sua consciência antiimperialista, graças ao papel de Chávez. Mas, ao mesmo tempo, surgiu uma burocracia que ameaça o processo por dentro. Sem derrotar esses setores será muito difícil que o processo avance; vai estancar e ser derrotado pelas distintas políticas que têm o imperialismo.

Presentes na reunião constitutiva de abril em Caracas

Destacar essas contradições não significa, de nenhuma maneira, minimizar a importância da construção da nova organização internacional. Pelo contrário, o objetivo de apontar esses problemas é para fortalecê-la. Por isso mesmo, reafirmamos nosso apoio à construção de uma nova organização internacional que, de concretizar-se, vai agrupar as forças reais que hoje enfrentam o imperialismo. Trata-se, como já dissemos, de construir uma organização de frente única, na qual participem todas as correntes que consequentemente enfrentam o imperialismo, a partir do nacionalismo radical, do indigenismo revolucionário e das organizações socialistas.

Uma organização desse tipo tem que ser uma ferramenta para impulsionar o processo revolucionário em nosso continente e no mundo. Nesse sentido, tem que estabelecer uma clara distinção da política governamental, das relações econômicas e diplomáticas entre governos, com a política de impulsionar a luta antiimperialista em cada país, apoiando aos movimentos sociais e as organizações políticas que a levem adiante.

Não duvidamos que, caso se construísse dessa maneira, não só servirá para impulsionar a luta, para evitar novas Honduras, como para combater a burocratização de qualquer dos processos em curso. Esses são aportes e idéias para a histórica próxima reunião que se realizará em abril em Caracas, e na qual colocaremos todo nosso empenho internacionalista e socialista.

Pedro Fuentes é secretário de Relações Internacionais do PSol.

Fonte: *http://www.socialismo.org.br/portal/internacional/38-artigo/1340-o-chamado-de-chavez-a-formar-uma-v-internacional-e-atual-situacao-mundial. Consulta em 30/12/2009*

Em Foco II

Tragédias que se repetem

Marina Silva

Fim de 2008, início de 2009, tragédia em Santa Catarina. Fim de 2009, início de 2010, tragédia no Rio de Janeiro. Não bastava um episódio tão doloroso? Não teria sido possível evitar as proporções terríveis do segundo?

O mais dramático nesses e em tantos outros casos é a repetição. Sugere inércia e uma irresponsabilidade insuportável que, passado o impacto inicial de vidas perdidas e a devastação de patrimônios tão duramente conquistados, retoma a rotina. E o discurso de que foi o excesso de chuvas a razão do desastre.

Áreas frágeis e não recomendadas para habitação continuam a ser ocupadas. Medidas preventivas permanecem sendo tomadas de maneira paliativa, com pouca verba, empenho e prioridade. Há iniciativas como o estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre as vulnerabilidades do litoral do Estado às mudanças climáticas, mas sem consequências práticas.

As pessoas atingidas continuam a depender quase que unicamente do heroísmo de bombeiros, de grupos de defesa civil, de voluntários que, não raro, aparecem nos noticiários impotentes diante da desproporção entre suas forças e a enormidade da perda e da dor.

Não sei o que se pode dizer aos familiares e amigos das vítimas das chuvas e deslizamentos, mais do que foi dito às vítimas de Santa Catarina. As catástrofes causadas pelo mortífero tripé -chuvas fortes, encostas instáveis e construção em áreas inadequadas- só mudam de lugar. O que parece não acontecer é uma intervenção no único vetor do qual temos controle: o uso e ocupação das áreas.

Sei por experiência própria o que é a perda radical, como a que acontece quando uma correnteza avassaladora invade a casa, leva as pessoas e desmonta o nosso mundo.

Não há nada a fazer, a não ser tentar salvar-se e a quem esteja ao alcance da mão. Tudo tão brutal que muitas vezes nem as lágrimas acodem.

John Owen (1616-1683), pastor e teólogo, dizia que os pregadores precisam "experimentar o poder da verdade que pregam em e sobre suas próprias almas". Quem não sente a alma incomodada pelo calvário daqueles que são atingidos de maneira frontal -e, na maioria das vezes, evitável- pelos fenômenos naturais não tem sensibilidade suficiente para mitigá-lo.

Não é justo, não é aceitável que a cada ano mais pessoas passem por tal experiência limite, quando se sabe que é possível fazer mais.

A melhor homenagem às vítimas é lutar para construir e instituir, até porque a tendência é aumentar a ocorrência dos fenômenos climáticos que agravarão ainda mais esse tipo de catástrofe, o que já deveria ser um pleno e efetivo direito da sociedade: a segurança ambiental.

contatomarinasilva@uol.com.br

Fonte: http://envolverde.ig.com.br/?materia=67842. Consulta em 06/01/2010.

Em Foco III

De guerrillero a presidente

Marcelo Estafanell

Hace 37 años el Uruguay vivía en Estado de Guerra. En aquéllos tiempos los guerrilleros éramos atrapados como moscas cada día y, cuando no, huíamos al exilio o nos tocaba la muerte.. La tortura generalizada se imponía en los cuarteles y los compañeros más lúcidos comenzaron a vislumbrar la derrota. Por entonces, el hoy elegido presidente de todos los orientales, era un fogueado guerrillero y, por si fuera poco, mi jefe. Recuerdo con nitidez asombrosa los criterios que me trasmitió a los pocos minutos de conocernos en la clandestinidad y en el medio de la debacle: 1) no entrar más a nuestros locales puesto que ya no había vivienda segura; 2) procurarse cada uno una frazada y un nailon tubular para pernoctar en los pequeños montes que existían en los alrededores de Montevideo; 3) enterrar esos elementos y no confiar a nadie dónde lo habíamos dejado; 4) por último, nunca dormir dos noches seguidas en el mismo sitio.

Con esos criterios vigentes nos convertimos en trashumantes; en los bolsillos de mis abrigos se fueron acumulando elementos de higiene, desde un antisudoral hasta una máquina de afeitar descartable, desde una barrita de jabón hasta un cepillo de dientes. Por otra parte, teníamos que agudizar el ingenio para poder conseguir ducharnos sin correr mayores riesgos.

Desde mis 21 años de edad —y pese a que él no tenía más que 35 años— para mi el Pepe Mujica era "el Viejo": una especie de don Quijote enancado a una bicicleta; vestía pantalones burdos y se abrigaba con un gabán grueso; se cubría la cabeza con una boina vasca y llevaba un bolso de lona terciado a la espalda.

Más de una noche helada de julio compartimos en el monte un salchichón cortado en rebanadas y unas galletas con grasa mientras intentábamos administrar el desastre y tratábamos de comprender la dura situación política y militar en la que estábamos inmersos.

Antes de dormir, combatíamos el frío con un buen trago de grapa.

Uno descansaba mientras que el otro velaba el sueño y las armas.

Así intercambiábamos los papeles de escudero y de caballero entre las nueve de la noche y las dos de la mañana, y desde las dos hasta que en el horizonte comenzaba a despuntar el alba. Luego, cada uno se internaba en la ciudad para realizar sus tareas esquivando patrullas y redadas.

Sí parece mentira, han pasado 37 años y aquél caballero andante montado en bicicleta hoy es el presidente de todos los uruguayos, es mi presidente y, desde que aquellas noches clandestinas, es mi hermano.

Los tiempos de tortura, cárcel y muerte han quedado atrás hace mucho tiempo, arrumbados junto con nuestros viejos errores mayúsculos y con nuestros desastres pretéritos. Solo pervivió el afán de luchar por una sociedad más justa aceptando las reglas de juego de la democracia luego del fracaso de la dictadura y la recuperación de la libertad tan ansiada.

Ha sido un camino largo, sin duda, y lleno de enseñanzas. Cuando "el Viejo" Mujica entró al parlamento como diputado, en 1995, comenzaba otra etapa de su vida que nadie imaginó como el principio de un proceso que iba a culminar en la máxima magistratura. Ese día, este Quijote moderno, empezó a hacerse conocido por su sencillez en el hablar, por su sempiterna campera y por su nuevo Rocinante: en lugar de la bicicleta una antigua Vespa.

Pasó esa legislatura y en el siguiente período fue electo senador de la República, uno entre tantos, pero cada año que pasaba conquistaba más respeto y más apoyo popular. En el 2004 logró nuevamente la banca al

senado, pero esta vez como el más votado de todo el espectro político; de tal suerte que estuvo en sus manos tomarle el juramento a todos sus pares, ya sean de derecha, de izquierda o de centro.

Y esta noche, 29 de noviembre de 2009, con los datos del balotaje a la vista, constato la última quijotada: el "Viejo Pepe" es nuestro Presidente.

Como le sucedió a Sancho Panza, sé que muchos no dan dos cobres por su capacidad de gobernar y por su aspecto informal como si se llevara mal con la ropa planchada; sin embargo, si de algo estoy seguro, es que gobernará con la misma sapiencia y con el mismo sentido común que lo hizo en la ínsula de Barataria el escudero del Caballero de la Triste Figura.

De nada vale que los retrógrados de hoy y de siempre, cuestionen al sistema porque hoy un antiguo guerrillero llega a presidir nuestro destino siguiendo las reglas de juego constitucionales, como si fuera una debilidad del régimen vigente. No se de dan cuenta, precisamente, de que allí radica la fortaleza de la democracia.

El Pepe Mujica puede espolear a Rocinante de nuevo y salir por los caminos a proteger a los huérfanos, a los indigentes y a las viudas indefensas; puede seguir alimentando sueños generosos para convertir este pequeño país en un ejemplo de libertad, de producción, de conocimiento y de tolerancia. Tiene la sabiduría de un viejo zorro, el olfato de un sabueso, la piel curtida luego de tantos fracasos. Y, lo que es más importante, tiene a una fuerza política atrás y a un pueblo que lo apoya.

Sí, parece mentira, han pasado 37 años y el Pepe es presidente de todos los orientales.

La vida tiene vueltas muy extrañas y, en este caso, ciertas singularidades que invitan a reflexionar detenidamente. Quizás llegó la hora de la reconciliación verdadera. Quizás llegó el momento de pedir disculpas por las vícitimas inocentes que causamos con nuestro accionar de antaño.

Sin duda mañana comienza otra etapa y las tareas que le aguardan al "Viejo" Pepe —y a su equipo— son extremadamente complejas. Ya se ha hecho camino pero queda por demostrar que salir del subdesarrollo es posible. Las ideas están claras, su implementación es todo un desafío.

Sí parece mentira, hace muchos años compartimos montes, clandestinidad, tortura y cárcel. Y hoy, gracias al destino que nos tocó en suerte, podemos vivirlo y, sobre todo, podemos contarlo. Esto no es poca cosa. Usando palabras de nuestro nuevo presidente: "¿Querés más? Más es lujo".

/Marcelo Estefanell nació en Paysandú, en 1950. Mientras cursaba tercer año de Facultad de Veterinaria en Montevideo (1972) fue detenido por su militancia en el Movimiento de Liberación Nacional, Tupamaros. Su mayor refugio durante esos años de encierro fue la lectura (llegó a leer unos 1600 títulos), y su gran pasión fue desde entonces: El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha. Fue liberado en 1985, época en que retomó sus estudios universitarios y comenzó a trabajar como diseñador gráfico. Se especializó en redes informáticas y comunicaciones. Desde enero de 1991 es Editor Gráfico, Administrador de Redes y Jefe de Sistemas del semanario Búsqueda. Es autor de Don Quijote a la cancha (2003) y El retorno de Don Quijote, Caballero de los Galgos, obra premiada con el Bartolomé Hidalgo en 2005. Por último publicó "El hombre numerado" en 2007, donde relata sus memorias carcelarias. Obra de la que se realizaron 7 ediciones./

El Perro Gil

elperrogil@gmail.com

"Lea al Perro Gil en La ONDA digital: www.laondadigital.com"

Blog "El Rincón del Perro Gil":

http://elperrogil.blogspot.com/

Espaço Aberto I

A política de segurança pública e o neohigienismo

*Maria Clara de Arruda Barbosa**

Nunca Digam: Isto é natural!
(Bertold Brecht)

No dia 17 de outubro, um helicóptero da polícia militar foi derrubado durante uma operação policial no morro São João, no Engenho Novo, próximo ao Morro dos Macacos. A operação teve início após conflitos causados por disputas pelo comércio varejista de drogas na região. A "incursão" que resultou na morte de três policiais gerou uma contrapartida por parte do poder público, que mais uma vez ratificou sua posição em relação às classes subalternas.

"... Me contam coisas como se fossem corpos, Ou realmente são corpos, todas aquelas coisas?" (Marcelo D2)

O bairro de Vila Isabel que na contemporaneidade é reconhecido por suas rodas de samba e bares renomados, possui uma história marcada pela luta abolicionista que se evidencia na homenagem a princesa que assinou a Lei Áurea (mesmo que de forma controversa), e ainda nos nomes de muitas de suas ruas, o Próprio Boulevart 28 de setembro é uma menção a data da assinatura da Lei do Ventre Livre, que declarava "de condição livre os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daquela data," muitos a definem como um prelúdio importante para a abolição, que ocorreria em 1888 (ao menos na teoria). O fato é que, de 1871 quando esta foi assinada até o ano de 2009, ao menos no que tange ao tratamento dado pelo Estado, pouco mudou na vida dos descendentes "livres", assegurados por esta e tantas outras leis.

A carne mais barata do mercado "ainda" é a carne negra, que inclusive não causa espanto nem quando encontrada dentro de um carrinho de supermercado, coincidindo de uma forma tão dramática, com os versos proferidos por Elza Soares. Pudera, "eles não são pessoas normais". O presidente Lula está quase certo, afinal eles sequer são considerados "pessoas".

No dia 17 de outubro, um helicóptero da polícia militar foi derrubado durante uma operação policial no morro São João, no Engenho Novo, próximo ao Morro dos Macacos. A operação teve início após conflitos causados por disputas pelo comércio varejista de drogas na região. A "incursão" que resultou na morte de três policiais gerou uma contrapartida por parte do poder público, que mais uma vez ratificou sua posição em relação às classes subalternas. O que a mídia fluminense denominou "caça aos bandidos que derrubaram o helicóptero da PM", em menos de uma semana já havia deixado pelo menos 42 mortos. A atual "guerra do tráfico" começou em Vila Isabel e se espalhou por diversos pontos da cidade, levando pânico aos moradores de comunidades, principalmente da Zona Norte, afinal não podemos esquecer a frase do Secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, em outubro de 2007: "tiro em Copacabana é uma coisa, no Alemão é outra." A propósito, o ano de 2007 nos remete a uma das formas mais explicitas de barbárie dos últimos anos, inúmeras incursões policiais e chacinas como as das favelas da Coréia e do Alemão, marcaram definitivamente a realidade dos moradores de comunidades do Rio de Janeiro. Ocorre, que tais massacres se deram em um momento parecido com o atual, ou seja, próximo a realização de um evento esportivo, ou ao menos da confirmação do mesmo.2007 o ano do PAN é lembrado pela coerção destinada aos pobres. A incógnita, no entanto é como serão lembrados os anos de 2016 e de 2014?Se menos de um mês após a confirmação da realização das Olimpíadas, a questão da Segurança Pública já aparece entrelaçada aos jogos, e surgem mais uma vez promessas um tanto quanto preocupantes?

Ao garantir que os “problemas de violência” na cidade não irão atrapalhar os jogos o governador Sérgio Cabral garantiu: “Todos sabem das ocupações das comunidades pelo crime organizado, a milícia, mas nós continuamos pacificando comunidades, que é a grande solução” (30/10/09 oglobo.globo.com), enquanto o presidente Lula, menos comedido em suas palavras afirmou: “Vamos fazer o que for necessário para **limpar a sujeira** que essa gente deixa no Brasil inteiro" (19/10/09 oglobo.globo.com).

Declarações como esta, já respondem de certo modo as perguntas feitas acima, e de fato tais práticas só existem, por que são legitimadas por uma sociedade que foi “educada” ao longo dos anos para banalizar o extermínio da mesma massa de empobrecidos descendentes de escravos. Não percamos de vista a noção de que, a construção do consenso que associa impreterivelmente pobreza á violência, é de suma importância para a garantia da ordem vigente. Nesse ínterim, a mídia tem um papel imprescindível, é ela que define os papéis, e como que num roteiro de novela das oito, transforma em vilões meninos descalços e em heróis homens fardados fortemente armados.

Em se tratando de Segurança Pública, as “coincidências” são apenas aparentes, as semelhanças apontadas não são fruto do acaso, trata-se de um mais do mesmo bastante eficaz para assegurar os interesses das classes dominantes que evidenciam por sua vez a perversidade econômica e social do capitalismo.

***Maria Clara de Arruda Barbosa é bolsista de Iniciação Científica do CNPq- FSS /UERJ/PROEALC.**

Fonte: http://www.barlavento.org/a3/. Consulta em 12/12/2009.

Espaço Aberto II

A perversidade do regime “democrático” brasileiro

Talita Freire Moreira Anacleto*

No Brasil as persistências das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país pelo menos desde da independência, nos mostra, que o Brasil continua ocupando as piores posições nos indicadores de desigualdade social do mundo.

Deste modo, as tensões entre desigualdade e empobrecimento de um lado, e política democrática do outro são evidentes, tanto em termos teóricos quanto empíricos. Em outras palavras, é possível reconhecer as limitações e deformações impostas pelas desigualdades e pela fragmentação do social aos regimes considerados democráticos. Nesse sentido, concordamos com José de Souza Martins (2002), ou seja, para enfrentar essa dificuldade, segundo o autor, é essencial reconhecer as armadilhas do mundo contemporâneo e os obscurecimentos dos quais ele se reveste.

A história brasileira gerou impactos diferentes sobre a pobreza e a desigualdade, se utilizarmos apenas a renda e a distribuição de renda para medir as mudanças fica fácil reconhecer os aspectos crônicos destas questões. Grande parte da pobreza no Brasil é explicada pela péssima distribuição de renda.

Sendo assim, o tratamento à questão social que vem se dando é a partir do entendimento dos programas sociais focalizados, os seus efeitos quanto à capacidade de inclusão social universalista desenhado na Carta Constitucional Brasileira de 1988, e suas ambigüidades no plano político, num país marcado por elevadas taxas de pobreza e desigualdades, como o Brasil, e num contexto de desestruturação dos mercados de trabalho.

A noção de pobreza, atualmente é o que vem norteando as políticas sociais, alertando para o fato que não há possibilidade de conceituação ou aplicação do conceito de pobreza e da categoria questão social, sem a visão da totalidade das relações sociais e econômicas, e do sistema capitalista. Não considerar a pobreza como expressão da questão social inserida nesse contexto e como produto deste, implica o uso despolitizado destes termos. Isto implica em conceber as mazelas do sistema como algo natural e inerente aos seres humanos, no sentido de fortalecer a exploração da maioria da humanidade. Segundo Yazbeck: "A concepção de pobreza configura-se em geral como uma noção ambígua e estigmatizadora, cujos contornos pouco nítidos muitas vezes ocultam seus aspectos resultantes da organização social e econômica da sociedade. De qualquer modo, a noção põe em evidência aqueles que, de forma permanente ou transitória, estão privados de um mínimo de bens ou mercadoria necessários a sua conservação e reprodução social. O que se observa, apesar da diversidade de parâmetros utilizados para a determinação empírica da pobreza, e que a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida configura-se como um de seus principais elementos" (1993, p 23).

Esse cenário torna-se ainda mais grave quando aplicado a países marcados por fortes desigualdades sociais e desprovidos de uma tradição democrática, como é o caso do Brasil, que possui historicamente uma posição de subordinação na estrutura das relações econômicas internacionais, e que, ao combinar disparidades sociais vertiginosas e pobreza de massa, alimenta o crescimento inexorável da violência criminal.

Neste sentido, percebemos que a luta de classes perpassa pela defesa dos Direitos Humanos, o que destaca a necessidade da consolidação dos direitos já afirmados e num movimento paralelo voltado para a necessidade de ampliação dos mesmos.

É dentro deste contexto da luta de classes que pretendemos apreender as novas expressões da Questão Social, compreendidas como resultado do processo de acumulação capitalista e dos seus efeitos sobre a classe trabalhadora, encontrando-se na base das exigências das políticas sociais pública. Pois grande parcela das classes subalternas não tem acesso às políticas públicas garantidas em lei. Essas omissões dos Estados em proporcionar a igualdade meramente formal e não real de fato, entre os cidadãos, lançam uma grande parte da população a todo tipo de violência, miséria e precariedade de vida. Por isso, ao mesmo tempo em que se ignora a realidade por trás da questão social, se pressionam e fortalecem conjunturas onde a cidadania é negada e os direitos humanos são violados, provenientes da forma pela qual foram enfrentadas as mazelas da questão social por parte do Estado.

Referências Bibliográficas

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOARES, Laura Tavares. O Desastre Social. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. São Paulo: USP, Curso de Pós- Graduação em Sociologia: Ed.34, 2001.

YASBECK, M. C. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Editora Cortez, 1996

_____ Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. In Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - nº 3, Rio de Janeiro: Granfline, 2001 , pp. 33-40

.

*Talita Freire Moreira Anacleto é Assistente Social, pesquisadora associada do PROEALC.

Livros/Lançamentos



No dia 23 de novembro aconteceu o debate **Controle Social e Gestão da Barbárie**, realizado pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), com a participação da Profa. Dra. Silene de Moraes Freire (FSS/UERJ), Profa. Dra. Estela Scheinvar (FFP-PPFH/UERJ) e o Deputado Estadual Marcelo Freixo, entre outros convidados.

Nesta mesma noite, tivemos o lançamento da **Coletânea Direitos Humanos e Questão Social na América Latina**, organizada pela Profa Silene de Moraes Freire. O livro reuniu autores de reconhecida produção acadêmica na área, tais como: José Paulo Netto, Silene Freire, Carlos Juárez Centeno, Edson Passetti, Estela Scheinvar, Gaudêncio Frigotto, Jorge Saboya, José Manuel Grima, Maria Cristina Leal, Jane Santos, Márcia Nogueira, Maria Quartin de Moraes, Marildo Menegat, Miguel Serna, Ricardo Cesar Costa, Irene Rizzini, Guadelupe Bertussi, dentre outros. O livro é fruto do II Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza na América Latina, realizado em 2008.

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Profª Maria Christina Paixão Maioli
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Andréia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Maria Clara Arruda Barboza
Talita Freire Moreira Anacleto
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.